



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO  
SECRETARIA DE GESTÃO E GOVERNO DIGITAL  
SÃO PAULO PREVIDÊNCIA  
CONSELHO FISCAL

ATA DA 182ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO FISCAL DA SÃO  
PAULO PREVIDÊNCIA

Aos 23 (vinte e três) dias do mês de agosto de dois mil e vinte e três, nesta cidade de São Paulo, no Gabinete da Presidência da São Paulo Previdência, sito a Avenida Rangel Pestana, nº 300, 13º andar, ala Sé, às 10h00min, conforme prévia convocação, reuniu-se, virtualmente, o Conselho Fiscal da São Paulo Previdência-SPPREV. Estiveram presentes à reunião, o Presidente do Conselho Fiscal, Samuel Paulo Viana da Silva, bem como os Conselheiros Titulares Arno Meyer, Nerylson Lima da Silva, Anselmo Deniz Campos Junior, Diego Marcelino dos Reis Teixeira. Ausente, por motivos justificados, James Felipe Piazza, sendo substituído pelo seu suplente Marcos Akamine Wolff. Também participaram da reunião o Diretor de Administração e Finanças, o senhor André Robles, o Gerente de Planejamento e Controle, o senhor Marcos de Oliveira Campos, a Gerente de Finanças e Contabilidade, a senhora Ivete Tie Nagata, bem como o analista previdenciário Valdemir Roberto Machado de Moraes e André Carvalho Penafieri. O Presidente do Conselho Fiscal declarou abertos os trabalhos, iniciando-se com a seguinte pauta: Aprovação da Ata da Reunião 181ª; Informes gerais; Apreciação do Balancete de Junho de 2023 e Relatórios de Investimentos de Julho de 2023; Relatório de Apontamentos da Auditoria. Antes dos informes gerais, o Presidente do Conselho Fiscal deu as boas-vindas ao novo Conselheiro Titular, o senhor Nerylson Lima da Silva, pedindo para que ele se apresentasse perante o Conselho. Desta forma, foi passada a palavra ao Conselheiro Nerylson Lima da Silva, que deu bom dia a todos os participantes, iniciando sua apresentação. Assim, o Conselheiro Nerylson Lima da Silva disse que atualmente está como Subsecretário do Tesouro do Estado de São Paulo. É pernambucano, porém residiu em Brasília por mais de 20 anos, sendo que desde o começo deste ano está participando do Governo do Estado de São Paulo. O Conselheiro Nerylson



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO  
SECRETARIA DE GESTÃO E GOVERNO DIGITAL  
SÃO PAULO PREVIDÊNCIA  
CONSELHO FISCAL

Lima da Silva informou ser servidor de carreira, tendo atuado como auditor federal de finanças e Controle do Tesouro Nacional. Anteriormente, atuou como Subsecretário de Planejamento, Orçamento e Administração do Ministério da Infraestrutura. Também trabalhou como Subsecretário do Ministério da Fazenda. Já integrou alguns conselhos. Recentemente esteve como Presidente do Conselho Fiscal da Infraero. Também participou do Conselho de Administração do SERPRO, do BB Seguridade, do Aeroporto de Viracopos. O Conselheiro Nerylson Lima da Silva disse que participou dos Conselhos de várias empresas, o que lhe permitiu aprender sobre vários segmentos. Assim, o Conselheiro Nerylson Lima da Silva disse ter ficado muito feliz e agradecido pelo convite de participar do Conselho Fiscal da SPPREV e deseja poder contribuir com a experiência que possui. Após a apresentação do Conselheiro Nerylson Lima da Silva, o Conselho Fiscal aprovou, por maioria de votos, a Ata da 181ª Reunião Ordinária deste Conselho. Em seguida, foi passada a palavra ao Diretor de Administração e Finanças para os informes gerais, que deu as boas-vindas ao novo membro do Conselho, o senhor Nerylson Lima da Silva. Desta forma, o Diretor de Administração e Finanças informou que, no momento, está sendo realizada a reforma no 13º andar, mais especificamente na Ala Sé. Toda reforma dos andares pertencentes à SPPREV deve acabar por volta de novembro desse ano, sendo que há 2 (duas) reformas que estão sendo realizadas aqui no prédio, uma do AVCB e a segunda é referente a raspagem dos pisos de madeira aqui da autarquia., que, diga-se de passagem, tem ficado muito bonito, porque ele já estava muito desgastado. Depois haverá a segunda fase da reforma, que é a pintura e a colocação de algumas divisórias. Ainda, o Diretor de Administração e Finanças aproveitou para informar que foi finalizada, por parte de sua Diretoria, a Proposta Orçamentária Setorial de 2024 e o Plano Plurianual de 2024- 2027, ao menos no âmbito da São Paulo Previdência. Agora, por óbvio, tudo isso passará as instâncias superiores e eles vão apreciar os números propostos pela SPPREV. Outra questão informada pelo Diretor de Administração e Finanças foi



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO  
SECRETARIA DE GESTÃO E GOVERNO DIGITAL  
SÃO PAULO PREVIDÊNCIA  
CONSELHO FISCAL

que nesta data a SPPREV recebeu a Certificação do Pró-Gestão nível 2. André Robles também falou sobre as auditorias que esta autarquia vem passando do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo e do Ministério da Previdência. Com relação à auditoria realizada pelo Ministério da Previdência, o Diretor de Administração e Finanças informou que ela vem sendo realizada por meio de troca de mensagens, não sendo presencial. Já na auditoria do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo houve uma inversão e eles estão fiscalizando agora o primeiro semestre de 2023. E agora no mês de outubro, a SPPREV passará pela auditoria do exercício de 2022. André Robles também comunicou sobre a renovação do certificado de regularidade previdenciária da SPPREV por mais 6 (seis) meses. Por fim, o Diretor de Administração e Finanças também falou sobre a bonificação por resultados e sobre o concurso público homologado pela São Paulo Previdência, para o qual foi autorizado chamar 91 (noventa e um) técnicos e analistas em gestão previdenciária. Em um primeiro momento, foi autorizado o chamamento de 19 (dezenove) aprovados, oportunidade em que a SPPREV chamou 14 (catorze) analistas, que era o total permitido pelo concurso, e 5 (cinco) técnicos. Assim, restaram 72 (setenta e duas) pessoas aprovadas no referido concurso para serem chamadas, entretanto, a SPPREV ainda não obteve autorização para isso. Portanto, a SPPREV vem conversando com a Secretaria de Gestão e Governo Digital para que haja, ainda que escalonadamente, o chamamento desses concursados. Em seguida, foi passada a palavra ao Conselheiro Arno Meyer, que quis saber quais ações da SPPREV foram aprovadas para a obtenção da Certificação do Pró-Gestão nível 2, no que o Diretor de Administração e Finanças esclareceu que era 24 (vinte e quatro) ações, das quais a SPPREV conseguiu cumprir as 19 (dezenove) necessárias para alcançar a certificação. Porém, o Diretor de Administração e Finanças disse não se recordar de cabeça quais seriam essas 19 (dezenove) ações, motivo pelo qual se comprometeu em verificar com o assessor da Presidência responsável por este projeto a lista de ações atingidas por esta autarquia, a encaminhando



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO  
SECRETARIA DE GESTÃO E GOVERNO DIGITAL  
SÃO PAULO PREVIDÊNCIA  
CONSELHO FISCAL

posteriormente aos membros deste Conselho. Depois, André Robles explicou sobre a sistemática das apresentações sobre o Relatório Gerencial mensal e Relatório de Investimentos. Desta forma, são 4 (quatro) blocos. O primeiro contém os informes relativos à previdência que consistem em uma análise das receitas e despesas previdenciárias, sendo apresentado pela Gerente de Finanças e Contabilidade. Após, serão apresentadas as questões das receitas e despesas da administração, pois a SPPREV tem duas UGE. Essas são unidades gestoras executoras que são segregadas na parte previdenciária e na parte administrativa. O Gerente de Planejamento e Controle faz a apresentação da parte administrativa. Em seguida há a apresentação do analista previdenciária, o senhor Valdemir Roberto Machado de Moraes, que apresenta o Relatório de Apontamentos da Auditoria. Anualmente na SPPREV há uma auditoria externa independente que resulta em um relatório de acompanhamento dos apontamentos dos auditores. Então, para que o Conselho possa acompanhar as providências que estão sendo tomadas por esta autarquia, a SPPREV elabora esse material com o andamento de todas as providências tomadas a cada mês. Portanto, no referido material consta se a questão já foi esclarecida, se foi sanada, o prazo dado pela administração a fim de regularizar a questão. Por fim, há a parte do Comitê de Investimentos, que é o Relatório de Investimentos da SPPREV. O Diretor de Administração e Finanças explicou que o Comitê existe mais por força dos normativos federais pois, a SPPREV no regime de repartição simples. Logo, tudo que é arrecadado por esta autarquia é utilizado para pagamento dos benefícios previdenciários. Depois da fala do Diretor de Administração e Finanças, foi passada a palavra à Gerente de Finanças e Contabilidade que passou a apresentar a parte previdenciária do Relatório Gerencial de Junho de 2023. Desta forma, a Gerente de Finanças e Contabilidade informou que no mês de junho, quando comparado ao mês anterior, houve uma queda nas receitas, especialmente por conta do recebimento dos royalties de petróleo e da participação especial no mês de maio,



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO  
SECRETARIA DE GESTÃO E GOVERNO DIGITAL  
SÃO PAULO PREVIDÊNCIA  
CONSELHO FISCAL

não havendo esse recebimento no mês de junho. Também houve uma queda expressiva na insuficiência financeira. Ivete Tie Nagata também apontou como sendo normal as variações nas contribuições de ativo, patronal e inativos, neste mês. Com relação às receitas de Comprev, houve um aumento e isso está relacionado com a quantidade de requerimentos que são aprovados. Em relação às despesas, houve uma queda, quando comparadas ao mês anterior, em especial a despesa de inativos. Isso se deu por conta de uma regularização da Unesp. No tocante às despesas de pensionistas, a variação foi normal. Neste ponto, o Diretor de Administração e Finanças complementou, explicando que as receitas da SPPREV são compostas basicamente da contribuição dos servidores ativos, e aí tem a sua contrapartida que é a contribuição patronal, cujo valor é o dobro da contribuição dos ativos. Há também a contribuição dos inativos, que hoje voltou a ser 11% do que supera o teto do RGPS. Mesma coisa para os pensionistas. Essas são as principais receitas ordinárias da São Paulo Previdência. Além dessas receitas ordinárias, para suprir o pagamento da folha, há a insuficiência financeira, os royalties de petróleo, com o repasse mensal e a participação especial, com o repasse trimestral. Esses recursos são utilizados para pagamento dos benefícios previdenciários. A insuficiência financeira, esse ano, sofreu uma modificação. Antes ela era contabilizada como receita na sua integralidade e a partir desse ano, passou-se a não contabilizar toda a insuficiência como receita. Portanto, a SPPREV agora está contabilizando a insuficiência financeira dos outros poderes e universidades. No entanto, a insuficiência financeira do poder executivo já não é mais receita da SPPREV. Porém, há um aporte do estado para custear essas despesas. Assim, a diferença agora é que a insuficiência financeira não é mais registrada como receita da SPPREV. Outra grande receita que nós temos aqui é a do Comprev. Depois, foi passada a palavra ao Gerente de Planejamento e Controle que apresentou a parte da Administração do Relatório Gerencial de Junho de 2023. Marcos de Oliveira Campos então falou sobre o demonstrativo da receita mensal,



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO  
SECRETARIA DE GESTÃO E GOVERNO DIGITAL  
SÃO PAULO PREVIDÊNCIA  
CONSELHO FISCAL

apontando uma queda, neste mês, de 3,7%, quando comprado ao mês de maio. Isso se deu por conta da nossa principal receita, que é a taxa administrativa no mês de maio, que foi um pouco maior por conta da regularização dos meses anteriores da Unicamp e do Centro Paula Souza. O Gerente de Planejamento e Controle chamou a atenção para este mês de junho pois é o mês em que os órgãos e entidades vinculados ao RPPS e que possuem valores de taxas fixados abaixo de vinte mil reais, precisam efetuar os pagamentos. São aqueles órgãos que não pagam mensalmente e só pagam no mês de junho, na competência julho. Então a SPPREV deve ter por volta de 15 (quinze) a 20 (vinte) órgãos que estão nessa situação. Portanto nesse mês entrou um valor baixo que vieram dessas secretarias e órgãos pequenos. Marcos de Oliveira Campos informou que ficaram três pendências para serem resolvidas no decorrer do ano, que se referem a órgãos que tiveram algum problema orçamentário e que terão que fazer alguma alteração para ajustar e então repassar os valores para a SPPREV. Esses órgãos são JUCESP, IMESC e IAMSP. No tocante às receitas, Marcos de Oliveira Campos chamou a atenção para a queda na remuneração dos investimentos, pois no mês de maio foi repassado para a UGE previdenciária os valores dos superávits da fonte própria do exercício de 2022, conforme determina a lei 17.293/2020. Esse valor foi de 20,9 milhões. Então, como houve esse repasse do recurso próprio para a UGE previdência, o caixa administrativo da SPPREV ficou menor e, conseqüentemente, a remuneração dos investimentos diminuiu. Em seguida, Marcos de Oliveira Campos passou a falar das despesas. É em relação a junho, comparando com o mês de maio, houve um aumento de 9,9%. Esse aumento, basicamente foi por conta de quatro itens pontuais. O primeiro item foi em relação aos vencimentos e vantagens fixas que houve um aumento no mês de junho, por conta de antecipação de férias. Outro item foi em relação as passagens aéreas e locação de veículos. Embora o valor dessa despesa seja baixo, neste mês houve o pagamento de reajustes referentes aos meses de janeiro a abril. A SPPREV já havia aplicado o reajuste





GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO  
SECRETARIA DE GESTÃO E GOVERNO DIGITAL  
SÃO PAULO PREVIDÊNCIA  
CONSELHO FISCAL

administrativo, conforme prevê o contrato, porém, a empresa ainda não havia cobrado esses valores, sendo cobrados todos neste mês de junho, motivo pelo qual teve esse impacto. Além disso, as outras duas despesas que tiveram um aumento que justificam esse crescimento são as despesas de informática, a primeira em relação ao contrato, da manutenção do nosso sistema de gestão previdenciária. Referido contrato possui dois itens, uma parte fixa, que é o processamento da folha previdenciária e tem uma parte variável, que é a parte dos desenvolvimentos. O Gerente de Planejamento e Controle explicou que nesse mês houve entrega nessa parte variável, o que justificou esse aumento. Marcos de Oliveira Campos então informou que essas entregas foram a homologação do sistema de CTC e do E-social que seria uma implantação de operação assistida desses temas. Outro contrato de informática que teve um impacto foi o que essa autarquia possui com a Prodesp, que é o contrato de hospedagem de sistemas. O Gerente de Planejamento e Controle explicou que em um determinado período não houve a cobrança do referido contrato, por conta de um ajuste da medição com a área fiscal responsável. Assim, o contrato não estava sendo cobrado mensalmente pela Prodesp, motivo pelo qual nesse mês foram apresentadas as notas retroativas, havendo então a liquidação e o pagamento da do período de janeiro a maio. Com relação aos contratos administrativos, Marcos de Oliveira Campos explicou que sua gerência elabora um relatório mensal com todos os contratos que a Administração possui com todos os prestadores de serviço. Nesse mês houve apenas um contrato novo, que é o contrato com o Instituto de Desenvolvimento e Capacitação para prestação de serviços de realização da prova de promoção dos funcionários concursados da SPPREV, para o ano de 2023. É um contrato cuja vigência é de 1 (um) ano. Além disso, a SPPREV tem um outro contrato que foi aditado por mais 15 (quinze) meses, que é um contrato com a Prodesp. Trata-se de um contrato de prestação de serviços de guarda e manutenção de sistemas e guarda da folha previdenciária do antigo IPESP. Nesse momento, o Diretor de



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO  
SECRETARIA DE GESTÃO E GOVERNO DIGITAL  
SÃO PAULO PREVIDÊNCIA  
CONSELHO FISCAL

Administração e Finanças solicitou a palavra, oportunidade em que chamou a atenção para o quadro de funcionários da SPPREV. Desta forma, André Robles disse que, considerando o quadro total da autarquia, que seriam 95 (noventa e cinco) analistas e 300 (trezentos) técnicos, atualmente a SPPREV possui 83 (oitenta e três) analistas e 186 (cento e oitenta e seis) técnicos. O Diretor de Administração e Finanças também ressaltou que, mesmo quando a autarquia realiza concurso público para novas contratações, chama os aprovados para preencherem as vagas, entretanto, após assumirem os cargos, eles acabam saindo do emprego, pois são aprovados em concursos que pagam um salário maior, ou melhores benefícios. Com isso, é muito difícil para a autarquia assumir as folhas de pagamentos de benefícios dos outros determinação reiterada do Tribunal de Contas do Estado. Com relação ao alerta feito pelo Diretor de Administração e Finanças em relação ao atual quadro de funcionários da SPPREV, o Conselheiro Arno Meyer questionou se, dado o progresso tecnológico, não seria o esperado que a produtividade aumente e não haja necessidade de um quadro de funcionários grande, ou ainda não houve grande avanço na informatização da SPPREV. O Diretor de Administração e Finanças então esclareceu que a SPPREV possui uma parte tecnológica muito avançada. Há o SIGEPREV, há investimento alto em tecnologia, sendo essa, inclusive, uma preocupação do Governo atual. Portanto, tudo que puder ser investido, dentro do orçamento, nessa parte tecnológica, para aprimorar e tornar os procedimentos mais céleres, será feito. No entanto, não é possível trocar os funcionários por uma máquina, por exemplo, numa análise de benefício. Não tem como simplesmente parametrizar totalmente uma concessão ou manutenção de benefícios previdenciários. A mesma situação ocorre na Diretoria de Administração e Finanças, pois existe toda uma parte contratual que se faz necessária uma equipe para gerir e atuar nos contratos, bem como para cuidar do orçamento, responder ao tribunal de contas, ao Ministério da Previdência, à auditoria independente. Enfim, são inúmeros atores que





GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO  
SECRETARIA DE GESTÃO E GOVERNO DIGITAL  
SÃO PAULO PREVIDÊNCIA  
CONSELHO FISCAL

demandam informações da SPPREV e há a necessidade de funcionários para realizarem as análises e respostas. Após, foi passada a palavra para o analista Valdemir Roberto Machado de Moraes para apresentar o relatório de acompanhamento dos apontamentos da auditoria externa independente do exercício 2022 é o plano de ação e acompanhamento das providências que estão sendo realizadas pela SPPREV durante o exercício de 2023. Desta forma, Valdemir Roberto Machado de Moraes apresentou um gráfico, no qual constam 35 (trinta e cinco) ocorrências com as áreas responsáveis por cada ocorrência. Assim, em julho a SPPREV teve 5 (cinco) itens solucionados, 16 (dezesseis) esclarecidos e 14 (catorze) que estão pendentes. Ainda, em relação às ocorrências, no mês de julho, foram 2 (duas) solucionadas e 3 (três) esclarecidas. Ainda, nesse mês de julho, houve várias movimentações de ocorrências, sendo que aqui serão mencionadas as principais. A primeira ocorrência apontada por Valdemir Roberto Machado de Moraes, foi em relação ao Relatório da Auditoria Independente – RAI, que é a única ocorrência da SPPREV do exercício de 2022, não havendo nenhuma movimentação nesse período. E essa ocorrência sem movimentação é sobre a absorção das folhas dos outros poderes. Nesse ponto, o Diretor de Administração e Finanças pediu a palavra e explicou que a SPPREV foi criada para ser a entidade gestora única do regime previdenciário paulista, ou seja, ela deveria gerir todas as folhas de aposentados e pensionistas do Estado vinculadas ao regime próprio de previdência. Entretanto, até o presente momento, essa autarquia não processa as folhas dos inativos outros poderes e das três Universidades Paulistas. Assim, a contabilização das despesas previdenciárias e receitas vinculadas a essas folhas é realizada aqui na SPPREV, pois temos que fazer o registro e contabilização de tudo isso aqui. No entanto, o processamento e a concessão desses benefícios é todo feito nessas áreas. É isso que é esse apontamento da auditoria independente nos traz. Eles observaram no relatório que isso deveria estar sendo realizado por aqui, mas a absorção dessas folhas ainda não foi



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO  
SECRETARIA DE GESTÃO E GOVERNO DIGITAL  
SÃO PAULO PREVIDÊNCIA  
CONSELHO FISCAL

realizada. Em seguida, foi passada a palavra novamente ao analista previdenciário, o senhor Valdemir Roberto Machado de Moraes que também falou sobre a implantação da LGPD. Valdemir Roberto Machado de Moraes também falou que um dos itens da ocorrência 5 foi solucionado, que foi a questão de se manter um padrão nas publicações de benefícios. Isso foi feito, testado, estabelecido e consolidado pela DBS no mês de julho. No tocante à ocorrência número 11, que se refere a um pedido de desenvolvimento no SIGEPREV, este estava previsto para ser realizado em julho e foi adiado para outubro, por conta de uma prioridade que surgiu decorrente da extinção do São Paulo sem Papel. Ainda, foram mencionadas as ocorrências 12 e 13, que envolvem a parte política de TI. Valdemir Roberto Machado de Moraes também falou sobre as ocorrências 18, 19, 21, 23 e 25, que estão relacionadas com a reforma do prédio. Na oportunidade também foi falado sobre a ocorrência 26, que trata da integração do SIGEPREV e SIAFEM. Foi passada a palavra ao Conselheiro Diego Marcelino dos Reis Teixeira que lembrou que no ano de 2021 o Presidente da SPPREV havia dito que haveria intenção da SPPREV contratar um sistema de auditoria para análise da folha dos beneficiários e que, em virtude da grande quantidade de informações em relação à pequena quantidade de erros, a inteligência artificial seria utilizada. Assim, alguns dados seriam rotulados para serem utilizados como parâmetros pela inteligência artificial. Diante disso, o Conselheiro questionou a quanto anda essa questão dentro da autarquia. O Diretor de Administração e Finanças então esclareceu que existem dois pontos nessa questão. O primeiro seria com relação a auditoria de sistemas, que já foi realizada uma vez na SPPREV, no ano de 2013 e desde então não houve mais. André Robles informou que, inclusive, está prevista no Proposta Orçamentária de 2024. O outro ponto é a questão daquele serviço que foi feito. Fipecafi, no qual foi realizada a primeira fase que consistiria em um algoritmo que seria criado para uma inteligência artificial, a fim de verificar se havia algum desvio nos benefícios. Estava prevista uma segunda fase Estava Previ. Era a primeira fase,



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO  
SECRETARIA DE GESTÃO E GOVERNO DIGITAL  
SÃO PAULO PREVIDÊNCIA  
CONSELHO FISCAL

estava prevista uma segunda fase, mas ainda não foi realizada. Porém, essa segunda fase do contrato também foi prevista na Proposta Orçamentária. Depois, Valdemir Roberto Machado de Moraes falou de mais algumas ocorrências, como a que trata da integração do sistema interno da SPPREV ao SIAFEM. Outra ocorrência dada como solucionada é a questão da aderência das taxas. Uma ocorrência dada como esclarecida, foi a questão da parte orçamentária, que a auditoria independente colocou que estava em desacordo com a Portaria do Ministério da Previdência, que determina o regime de capitalização, o que não foi implantado no regime próprio paulista, que é regime de repartição simples com a implementação da Previdência Complementar. Outra ocorrência citada, foi em relação ao prazo de entrega da avaliação atuarial, que já foi esclarecido pela empresa atuarial de que estão observando o prazo dos normativos federais. Por fim, o Diretor de Administração e Finanças passou a explicar sobre o Relatório de Investimentos de Julho de 2023. Ao final, após as apresentações, esclarecidas as dúvidas, o Conselho Fiscal aprovou, por unanimidade, o Balancete de Junho de 2023 e Relatório de Investimentos de Julho de 2023. A próxima reunião ordinária foi agendada para o dia 20 de agosto de 2023, quarta-feira, às 10h00min horas. E, para constar, eu, Paola Camargo, Secretária do Conselho, lavrei e subscrevo o presente que, lido e achado conforme, vai devidamente assinada pelos Conselheiros presentes.